

BALIZAS GRAMSCIANAS AO ESTUDO DA SUBJETIVIDADE E DA CONSTRUÇÃO DA VONTADE COLETIVA¹

EIXO: Gramsci e Marxismo

Telma Cristiane Sasso de Lima²

Resumo

Trata-se da proposta de estudos de doutoramento dedicada aos atuais processos de construção e organização da vontade coletiva e na compreensão do papel e da interação entre os indivíduos na explicitação de suas reivindicações e finalidades políticas. Apresenta a revisão de literatura das premissas marxistas sobre o universo conceitual da pesquisa. Dentre as elaborações que circundam o tema, a obra de Gramsci é a que melhor explicita a metodologia de ação revolucionária (elemento vivo do marxismo) para pensar e agir acerca dos problemas contemporâneos da organização política dos subalternos, propulsionando a consciência ativa dos indivíduos na construção do processo revolucionário.

Palavras chave: Gramsci/marxismo; subjetividade; vontade coletiva.

Abstract

This is the proposal for doctoral studies devoted to current processes of construction and organization of the collective will and the understanding of the role and interaction between individuals in the explanation of their claims and political purposes. Presents a literature review of Marxist assumptions about the conceptual universe of the study. Among the elaborations that surround the issue, Gramsci's work is the one that best explains the methodology of revolutionary action (live element of Marxism) to think and act about the contemporary problems of political organization of the subaltern, propelling the active consciousness of individuals in construction the revolutionary process.

Keywords: Gramsci/Marxism; subjectivity; collective will.

Introdução

Trata-se de um ensaio derivado da proposta de estudos de doutoramento. A motivação reporta à preocupação com a capacidade profissional de: unir teórico e tecnicamente os elementos que se materializam nas ações diretas com os usuários-

¹ Pesquisa em andamento e sob orientação da Prof^a Dr^a Ivete Simionatto, no Programa de PósGraduação em Serviço Social – UFSC/Florianópolis-SC.

² Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social – NESPP
Programa de Pósgraduação em Serviço Social – PPGSS UFSC/Florianópolis-SC

indivíduos/famílias das políticas públicas e na construção coletiva da sua consciência política acerca das necessidades³ individuais/familiares que vivenciam; formar profissionais através de uma metodologia didático-pedagógica que os qualifique para o exercício desta unidade e na construção de posturas e projetos contra-hegemônicos.

Preocupações que agregam três momentos reflexivos: as **inquietações advindas do cotidiano profissional; a experiência docente; a interlocução acadêmico-profissional** cujo avanço no delineamento teórico-conceitual na perspectiva marxista ampliou o arcabouço de conhecimentos que prospectam a construção de indivíduos e de uma sociabilidade novos. O objetivo da proposta de estudos é: analisar os atuais processos de construção e organização da vontade coletiva, compreendendo o papel e a interação entre os indivíduos na explicitação de suas reivindicações e finalidades políticas, pois é importante ocupar-se acadêmica e profissionalmente da construção de caminhos, prospectando um “horizonte socialista”.

Ao considerar as “lutas emancipatórias da nossa época” necessitamos de produções e reflexões críticas sérias que se ocupem com: a) os valores e os princípios que devem sustentar um projeto genuinamente socialista; b) o programa desse projeto, a concretização dos valores e as políticas públicas necessárias para sua implementação; c) o tema do(s) sujeito(s) histórico(s) responsáveis pela realização do projeto de um novo socialismo, enfrentando simultaneamente seus problemas e incorporando características distintas (BORÓN, 2010).

As publicações e estudos existentes permite-nos avaliar que já existem reflexões consistentemente maturadas sobre o “primado das forças produtivas, das relações de produção, da política ou da cultura”. Enfatiza-se aqui o exercício da interação dialética entre essas esferas com obras cujas reflexões conferem a “centralidade da política nos processos revolucionários” (BIANCHI, 2013, p. 17), sem serem reducionistas e/ou dogmáticas.

Ao referirmos a uma concepção de mundo, devemos remeter às ações que a materializa como uma *direção consciente no campo de lutas política, intelectual, cultural e econômica* de uma época, distinguindo - no exercício diário da (re)produção da vida - o projeto da classe trabalhadora na construção de uma civilidade nova. Portanto, se o saber não esgota o ser, “ideias revolucionárias devem se encarnar como guia para a ação de um sujeito político” (BORÓN, 2010, p. 93). No agir constrói-se a consciência, no sentido de “conhecer e adquirir capacidades intelectuais e práticas cada vez mais avançadas, de modo a retirar

³ Compreende-se as necessidades como históricas, infinitas e que se refinam ao longo do tempo, por isso têm dimensão ontológica, propulsionando o indivíduo a lutar para satisfazê-las quando sente conscientemente a falta de algo e a percebe de maneira social no sentido de instaurar a catarse que o mobiliza para a participação política como sujeito coletivo. Na acepção marxista há uma ideia positiva de necessidade plena que é colocada como imperativo no processo de construção de uma nova sociedade (FRAGA, 2006).

gradativa e continuamente da burguesia e da burocracia a sua influencia simbólica”, rompendo com a “taylorização da inteligência” (dominação da mente, do imaginário e do alcance ao inconsciente do trabalhador) que convence de que nossa essência reside no ato de ser um consumidor isolado de novidades desnecessárias (SEMERARO, 2006).

Propõem-se na pesquisa doutoral: uma análise mais acurada sobre as atuais contradições e reivindicações expressas na fragmentação da classe trabalhadora e na crise de legitimidade atribuída às estruturas tradicionais de mediação entre indivíduo-coletividade, pois somente pela materialização de ações coletivizadas em lutas sociais unificadas que podemos produzir mudanças sociais estruturais.

O marco compreensivo passa necessariamente pelo conflito de classes e pelo debate dos elementos que concretamente enfraquecem e segmentam as lutas da classe trabalhadora enquanto fortalecem a unidade das diversas frações da burguesia que se apresenta como uma adversária coerente e unificada nas disputas pelo poder/hegemonia⁴. As atuais reivindicações populares revelam que o trabalhador está mais intelectualizado, interagindo e agindo ativamente com o sistema produtivo e a sociedade ao ser desafiado pela tecnologia e pela automação porque “o modo de produção e a distribuição das riquezas, o grau de organização social e o nível de inteligências coletivamente construídas não são componentes externos, mas formam a própria natureza das pessoas e a consistência de um país” (SEMERARO, 2006, p. 113). A massificação dos movimentos sociais expressa com maior vigor as revoltas e os projetos dos indivíduos e de suas experiências multidimensionais (CASTELLS, 2013).

Os “partidos e os movimentos sociais representam dois modos de articular os interesses do campo popular em cenários diferentes e complementares [...] os partidos tendem a enfrentar questões no marco das instituições políticas e os movimentos no seio da sociedade civil”. Embora os movimentos sociais continuem possuindo “uma potencial capacidade para estabelecer uma conexão mais estreita com sua própria base e representar de maneira mais imediata seus interesses” é preciso reconhecer que hoje eles expressam dificuldades de sintetizar a “multiplicidade de particularismos”, elaborando uma “estratégia unificada” contra a burguesia (BORÓN, 2010, p. 123).

⁴ Onde há poder há também contrapoder, ou seja, a capacidade dos sujeitos desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses (CASTELLS, 2013). A capacidade de se diferenciar das tradicionais lutas pelo poder impetradas por táticas de violência e guerra pode estar expressa na noção de democracia popular: o poder entendido como “capacidade de desenvolver relações intersubjetivas, responsabilidades sociais e compromissos coletivos” porque “é educado a tornar-se expansivo e socializador” a medida que as relações humanas concretas criam a capacidade de emancipar-se reciprocamente sem recorrer a dominação, a subordinação e a anulação do outro (SEMERARO, 2006, p. 162).

As apostas para a unificação das lutas políticas da classe trabalhadora ainda remetem aos partidos, sindicatos e movimentos sociais como suas instâncias mediadoras, a “cultura da autonomia”⁵ que se forma pelo uso da internet cria condições para a prática comum entre movimentos sem lideranças ao aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificando-os pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas, seu país e o mundo (CASTELLS, 2013; BORÓN, 2010).

Os movimentos sociais não nascem apenas da pobreza e do desespero político, “expressam uma mobilização emocional geradora de ação” e se desencadeia, simultaneamente, com a “indignação que a injustiça gritante provoca e pela esperança em mudanças possíveis”. Para Castells, significa a conjunção

[...] de degradação das condições materiais de vida e crise de legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas (CASTELLS, 2013, p. 157).

A unificação das lutas também é pauta debatida no interior dos movimentos sociais quando estabelecem identidade transnacional, questionando a legitimidade dos tradicionais mecanismos de representação política, sobretudo pelo uso *internet* garante-se aos diferentes indivíduos deliberarem, coordenarem ações e expandirem-se, sobrevivendo ao longo do tempo e protegendo-se da repressão geralmente impetrada pelos governos aos movimentos que ocupam os espaços físicos nas cidades (CASTELLS, 2013). Para Semeraro (2006, p. 106) o “interesse social e as organizações públicas [criadas continuamente] não sufocam as liberdades individuais” porque as pressupõem dialeticamente no “desenvolvimento da subjetividade crítica e a formação do homem-coletivo” revelada pela sua organização política.

Parece-nos que a liberdade concreta dos indivíduos está cotidianamente mais dependente da sua capacidade em potencializar as possibilidades de converter a seu favor as complexas habilidades que desenvolvem no curso do sistema produtivo. Porém, estamos diante de diferentes formas e de inúmeros recursos para a organização política, tendo ainda diversas perspectivas de análises. É importante apreendê-las porque os indivíduos se agrupam em torno das suas necessidades concretas e constroem de maneira particular sua vontade coletiva. Nesse processo podem formar novas subjetividades, revelando o caráter social da interação consciente e deliberada entre indivíduos que, em sentido amplo, pode se realizar pela luta no campo da política em prol da transformação.

⁵ Refere-se à capacidade do indivíduo se tornar sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados segundo seus próprios valores e interesses (CASTELLS, 2013).

Estamos convencidos de que a luta pela hegemonia envolve também uma batalha pela “construção de significado na mente das pessoas” como “fonte de poder”: a mais refinada e estável, porque sua constituição determina o destino de instituições, normas e valores pelos quais os homens (re)criam e (re)organizam a sociedade (CASTELLS, 2013, p. 12-13). As particularidades não devem ser subestimadas no curso do nosso tempo histórico porque a classe dominante refinou, quantitativa e qualitativamente, os instrumentos de persuasão ideológica na correlação de forças políticas, cristalizando sua concepção de mundo numa relação pedagógica de inculcação de velhos valores mantenedores do *status quo*.

Ao tratar de um estudo ainda em desenvolvimento, este ensaio apresenta os primeiros passos metodológicos da pesquisa: com o mapeamento dos elementos que permitem agir na construção de uma *hegemonia anti-capitalista*. Para prosseguir com clareza nesta proposta, apresentamos a revisão de literatura inicial que elencam as premissas marxistas e as bases gramscianas que compõem o seu universo conceitual.

Indivíduo e subjetividade nas abordagens marxistas

Na perspectiva crítica marxista, indivíduo e sociedade são unidade indissociável, assim como a apreensão dos aspectos objetivos e subjetivos, estruturais e superestruturais conformadores da realidade social. Porém, identifica-se pouca literatura crítica disponível sobre os conceitos em destaque nessa seção, persistindo mesclas teórico-práticas.

Para não assumirmos uma postura reducionista, precisamos observar o encadeamento das seguintes ressalvas: - persiste uma diversidade nos vocabulários, pois os autores utilizam conceitos diversos quando designam “o modo de presença dos homens nas relações sociais” (CLOT, 1989, p. 189); - há muitas dificuldades de “verbalização” científica do “estatuto da subjetividade na história biográfica e social” que resulta em muitas variações teóricas cujas preocupações conceituais centram-se mais na designação dos processos do que em fixar definições (CLOT, 1989, p. 190); - as aproximações realizadas sobre o tema são apresentadas como abordagens iniciais, reclamando um novo modo de conhecimento/critério de cientificidade porque, até o momento, as pesquisas realizadas não conferem elementos conceituais duradouros acerca da apreensão crítica da subjetividade; - necessidade de ser desenvolvida uma formalização teórica mais precisa que ultrapasse a dualidade persistente no exame dos problemas permanecem sem devida atenção (CLOT, 1989).

Os autores que, se dedicam a um materialismo⁶ dialético renovado, condensam análises críticas sobre diferentes expoentes⁷ da comunidade científica, destacando os aspectos:

- há forte continuidade estrutural, tanto do sujeito como da formação social. Isso marca a história singular dos indivíduos e das sociedades de maneira duplamente condicionada porque “a história se realiza nas continuidades estruturais e, simultaneamente, essas estruturas se realizam na história” (CLOT, 1989, p. 182);

- As “estruturas simbólicas”, como momentos da história, “encarnam a historicidade ao fixá-la e ao ordená-la a um só tempo” (CLOT, 1989, p. 182). O simbólico é inseparável da realidade: “o social é feito de relações” como “parte integrante da subjetividade, na medida em que a submete sempre à prova dos conflitos que o afetam” (CLOT, 1989, p. 185). Nessa dialética, a vida humana e o patrimônio (material e simbólico) por ela produzido conferem sentido particular à humanidade porque é irrepetível;

- o ato de conhecer o indivíduo implica em projetar aquilo que ele tem de **possibilidade** concreta em se transformar. Analisar as estruturas formais que cristalizam sua existência em sociedade é apenas um momento do processo dialético criador de homens novos pelo ponto de vista da transformação (CLOT, 1989);

- a individualidade⁸ na história é problema teórico e político ao engendrar crítica na maneira como é produzida e cristalizada pelo capitalismo. Significa observar atentamente o movimento real que cria as possibilidades de *devir* criador de novas formas de objetivação que preparam e possibilitam novas formas de subjetivação, indo além das suas formas coisificadas e fetichizadas (CLOT, 1989).

Os indivíduos fazem história a partir de suas condições objetivas e subjetivas como processo de apropriação das circunstâncias existentes, constituindo uma espécie de

⁶ Materialismo renovado significa crítica lúcida e coerente de certas práticas das ciências sociais que mantêm e contribuem para reproduzir o *status quo*, superando a “apropriação psicológica das formas sociais à interiorização das necessidades objetivas”; certo culto ao objetivismo; o naturalismo aperfeiçoado; a analogia entre meio ambiente e meio humano/social; o evolucionismo individual.

⁷ Os autores consideram o marxismo, como portador de um alcance ético único, desaloja os fetichismos reinantes, decifrando melhor o sentido dos atos humanos e devolvendo aos indivíduos a autoria da sua história. Propulsionam a construção de um pensamento próprio como criação original voltada à necessidade de resolver um problema conectado ao tempo histórico atual ao permitir um melhor acesso ao real e aos indivíduos reais. Constituir uma teoria marxista da subjetividade significa dar sentido crítico às “recomposições culturais” em curso. Deve-se conhecer as análises de: Freud; Sartre; Bourdieu; Lukács; Wallon; Althusser; Canguillem; Weber; Politzer; Lacan; Dejours; Vygotski; Le Guillant; Leontiev; Heller; Gramsci; Bloch; Benjamin; Horkheimer; Adorno dentro outros, assimilando criticamente suas elaborações sobre a subjetividade e levando a sério a convicção de que construir o comunismo não implica em renunciar a preocupação com a individualidade (BERTRAND, 1989; CLOT, 1989; DORAY, 1989; SEVÈ, 1989; CAVENACCI, 1984).

⁸ Individualidade compreendida como singularidade que é única ao mesmo tempo em que porta possibilidades de ser consciente, livre e universal - como gênero humano. A individualidade humana expressa essa característica de “singularidade irrepetível” mesmo em condições e relações de máxima alienação, ou seja, ainda que tal individualidade nunca ultrapasse o âmbito de *ser em si* (DUARTE, 1999, p. 150).

objetividade histórica que conforma singularidades. A construção da subjetividade remete à apropriação histórica produzida porque esta também faz parte daquilo que o sujeito é internamente. A perspectiva marxista entende esse processo como síntese da socialização dos indivíduos e do nexos constituinte da sua subjetividade como processo humanizador (CAVENACCI, 1984).

Reconhece-se que o indivíduo social é produto e criador. Porém, sua condição de criador só se realiza ante o usufruto de condições concretas que lhe dão determinadas possibilidades. A subjetividade, sua formação singular é também social, se realiza através da condensação do trabalho corporificado e da relação coletiva entre indivíduos. Há sempre um tipo particular de sociabilidade em cada forma histórica de produção (IASI, 2011; DUARTE, 1999; SÈVE, 1989; HARVEY, 1982).

Retomar ou refundar o caráter humanista presente no indivíduo é condição para fazer emergir concretamente a vontade coletiva, viva e criativa. Trata do desenvolvimento da consciência e sua expressão como força política. Na acepção crítica, o papel da consciência pressupõe como determinante a tensão vivida pelo indivíduo ante as dicotomias geradoras da clivagem entre a singularidade e o coletivo; o espaço cotidiano do viver e o espaço de trabalho; constituindo o indivíduo como ser isolado porque individualizado no mundo (IASI, 2011; DUARTE, 1999; SÈVE, 1989; HARVEY, 1982).

Através da consciência do conflito profundo e fundante entre capital e trabalho que o indivíduo singular sente como imperativo apreender o significado e a necessidade de humanizar-se. A unidade consciência individual-grupal e consciência de classe pode ser o processo dialético de construção de novas subjetividades. Porém, só adquire sentido transformador se gerar ações de resistência e de mudança social através da ação concreta porque é o momento no qual o indivíduo consegue: avaliar as condições objetivas, construir junto à classe as condições subjetivas para a mudança e compreender sua temporalidade, conectando-se universal e humanisticamente (IASI, 2011; DUARTE, 1999; SÈVE, 1989; HARVEY, 1982).

A preocupação sobre **a forma** dos indivíduos forjarem ativamente sua consciência é constantemente reinterada pelos autores estudados. Considera-se que, ao se perceberem como produtores responsáveis pela ação que realizam, os indivíduos podem ampliar seu horizonte ético, além da esfera da produção, tornando-se capazes de saber objetivamente que suas ações podem transcender o mero produto resultante da confecção contínua de instrumentos de trabalho ultra-sofisticados (IASI, 2011; DUARTE, 1999; SÈVE, 1989; HARVEY, 1982).

A apreensão das subjetividades como parte ineliminável da existência humana e social deve superar a visão restrita de indivíduo isolado e único responsável pelo sucesso e pelo progresso social. O ser singular é o resultado da apropriação do patrimônio humano genérico que ocorre pela interação concreta em sociedade, nela estão postas as possibilidades do indivíduo humanizar-se. Nas abordagens marxistas, a consciência humana implica numa construção ativa de síntese constitutiva do SER, unindo objetividade e subjetividade.

Através do trabalho o homem se realiza porque age concretamente no mundo (natural e simbólico), produzindo humanisticamente sua subjetividade e conectando suas demandas/necessidades à organização política coerente a partir da materialização de experiências e resistências humanas. Hoje, significa atentar para o profundo refinamento dos dilemas vividos na atual fase capitalista da sociedade porque ele imprime mutações constantes nas capacidades bio, psico, sociais. A consciência individual não encarna imediatamente um ato político, pois nem sempre a ação (individual, grupal ou coletiva) é consciente. Além disso, a organização ativa da consciência pelos indivíduos envolvidos em grupos/corporações também pode se satisfazer apenas com o alcance de objetivos imediatos e mediatos, sem prospectar um novo homem e uma nova sociedade.

Chamamos a atenção para as duas faces inseparáveis da subjetividade: identidade (singularidade do indivíduo) e as atividades nas quais ela se desenvolve (expressões materiais do individual, do grupal e do coletivo) de maneira dinâmica e engajada. Os autores estudados parecem convergir - quando se trata de analisar os processos revolucionários - sobre a interação dialética entre as forças produtivas/relações de produção e a política/cultura, intentando clarificar as condições subjetivas que levam os indivíduos a realizarem mediações políticas entre suas necessidades imediatas, sua revolta reivindicativa, sua identidade de classe e as possibilidades de transformação social.

Ao longo do mapeamento bibliográfico, verificam-se variantes históricas no desenvolvimento teórico do pensamento marxista que ainda oscilam entre formulações metodológicas mediadoras entre as etapas que conectam teoria e prática, objetivo e subjetivo, base e superestrutura, economia e política etc. Revela que ainda temos presente: a proposição dual de que existe uma base determinante e uma superestrutura determinada⁹.

A ideia de determinação nos transmite um legado teórico-prático dentro do marxismo que tende ao debate e à construção de metodologias reparadoras dessa relação exterior no

⁹ O termo determinação tem sentidos e implicações muito diferentes nas línguas europeias e expressam: “a herança teológica – a noção de uma causa externa que prefigura e prevê tudo, e de fato controla toda atividade futura. Mas há também, da experiência e da prática social, uma noção de determinação como algo que estabelece limites e exerce pressões” (WILLIAMS, 2005, p. 212).

trato das conexões indissolúveis que existem entre produção material, atividade, instituições políticas e culturais, e a consciência (WILLIAMS, 2000). Esse debate ocupou os marxistas durante longo período. Parece-nos que continua em aberto, sobretudo quando se busca demonstrar ou problematizar a presença dos indivíduos nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, sem perder de vista os tipos de atos que constroem para unificar conscientemente objetividade e subjetividade.

As respostas a esse debate mesclam formas de suturar, corrigir, diminuir ou suprimir a relação de exterioridade que os estudos sobre o tema insistem em referir. Permanece a questão: como catalisar, nos tempos atuais, o desenvolvimento da unidade entre subjetividade crítica e a formação do homem-coletivo? Dentre as particularidades analíticas que circundam o tema, parece-nos que a obra de Gramsci apresenta a melhor crítica para a proposição de uma teoria sobre o agir humano na sua relação direta com os condicionantes materiais/objetivos. Através da sua metodologia da ação revolucionária (elemento vivo do marxismo) nos dá suporte para pensar e agir sobre os problemas contemporâneos da organização política dos subalternos.

Gramsci e a unidade entre base e superestrutura

Para desenvolver aproximações reflexivas sobre as formas de propulsionar a consciência ativa do ser humano para a construção do processo revolucionário é preciso compromisso e trabalho constante com o horizonte ético que forja novos indivíduos e sociedade. Esse compromisso é unificado num movimento coerente, contínuo, processual e de longo prazo, marcado pela ideia de revolução¹⁰. Nele, os indivíduos conseguem condensar e dar fluidez a uma organização política reunificadora das vontades singulares para construir uma vontade coletiva. Tarefa que engendra dilemas antigos no marxismo.

Desde o primeiro pós-guerra do século XX, segundo Laclau e Mouffe (1987) predomina um vazio teórico e político que revelava a contradição entre: o limitado rol de propostas frente às demandas surgidas do movimento trabalhista e a diversidade e complexidade dos problemas políticos que a socialdemocracia arrojada se via confrontada no poder. Aspecto do descompasso entre as tarefas estritas das classes e as novas tarefas políticas que o movimento dos trabalhadores deveria enfrentar, ou seja, tratava-se de nova e peculiar

¹⁰ A revolução para Gramsci se configura, primeiramente, como crise de autoridade questionadora da velha classe dominante e fundadora de uma nova autoridade. Significa a conquista pelas massas de uma nova vontade prática que representa, simultaneamente, a formação de uma nova consciência e a ruptura com os comportamentos e os valores tradicionais (SALVADORI, 2007, p.237).

forma do “desenvolvimento desigual e combinado” de efeitos políticos paralisantes devido à convicção no desenvolvimento progressivo das forças produtivas como elemento condutor dos trabalhadores ao poder no exato momento em que as condições objetivas estivessem amadurecidas. A ascensão política ao governo de representantes da classe trabalhadora perdeu gradativamente a radicalidade e a perspectiva de produzir uma democracia comprometida com o socialismo, revelando como consequência negativa, a incapacidade dos partidos em unificar hegemonicamente a variedade de reivindicações e antagonismos do pós-guerra, ou seja, sua dificuldade em encampar - dentro do sistema político capitalista - transformações econômicas numa direção verdadeiramente revolucionária.

A ausência de projeto hegemônico terminou isolando a classe trabalhadora urbana e sindicalizada que, politicamente, só se interessa em defender os seus interesses corporativos. Outro aspecto que demonstrou a impotência da socialdemocracia em alterar a lógica social e política dos aparatos do Estado devido a crença de que a mudança estrutural aconteceria naturalmente.

O cenário do início do século XX firmava a hegemonia da burguesia com o refinamento político, econômico, cultural e tecnológico do capitalismo, agravando a chamada “crise do marxismo”, pautada desde a Segunda Internacional (LACLAU; MOUFFE, 1987). Os questionamentos teóricos que decorrem desse processo geraram variações explicativas que procuravam resolver a separação entre base e superestrutura ora pela teoria do reflexo, ora pela ideia de mediação porque:

[...] empíricamente, en el procedimiento de selectividad de la evidencia histórica y cultural. La constitución del análisis *transcendental* por el análisis de entronque histórico resulta especialmente característica de este método. Prácticamente, en lo que se refiere a la comprensión del proceso cultural contemporáneo. Ninguna de las teorías dualistas, expresadas como teorías del reflejo o de la mediación, y ninguna de las teorías formalistas ni estructuralistas, expresadas por las variantes de la correspondencia o la homología, pueden ser plenamente incorporadas a la práctica contemporánea, ya que todas ellas dependen, aunque de formas variadas, de una historia *conocida*, de una *estructura* conocida, de *productos* conocidos. Las relaciones analíticas pueden ser manejadas de este modo; las relaciones prácticas, en cambio, presentan una dificultad prácticamente insuperable (WILLIAMS, 2000, p. 127-128).

O sentido da contingência histórica passou a depender das articulações hegemônicas que não garantem aprioristicamente o êxito revolucionário, sejam os diferentes “elementos”, ou as diversas “tarefas” em prol do socialismo, todos precisam estabelecer uma “identidad al margen de su relación con la fuerza que los hegemoniza” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p.

120). A diferença fundamental, com as teorias advindas da Segunda Internacional, reside no fato de que a identidade dos adversários não se fixa no começo da luta porque muda constantemente ao longo do processo. Nessa direção, encontramos a teoria gramsciana da hegemonia que aceita a complexidade da vida social como condição própria da luta política. A proposição de “guerra de posição” é oportuna para explicar “la progresiva disgregación de una civilización y la construcción de otra en torno a un nuevo núcleo de clase” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 122). Nela, o protagonismo político está fundado/fundamentado dialética e unitariamente na filosofia da práxis¹¹ que se encarna na relação prática entre forças subjetivas e premissas objetivas econômico-sociais da ação política, iluminada pela **convicção**¹².

Em Gramsci, a partir da pluralidade dos sujeitos históricos, há um deslocamento fundamental da “doutrina de classes leninista”, através da proposta de uma prática democrática na política como base para a luta proletária. Supera o reducionismo da política como expressão do mero pertencimento de classe, pois ela depende mais da capacidade dos indivíduos em articula-la hegemonicamente: “trabalho incessante pela formação de uma nova visão de mundo, integral e autônoma de modo a superar gradativamente a dicotomia governante-governados; intelectuais-ignorantes” (SALVADORI, 2007, p.232). “La historia, por tanto, no es vista como un *continuum* ascendente de reformas democráticas, sino como una serie discontinua de formaciones hegemónicas o bloques históricos” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 125).

Significa que não há pontos privilegiados para o começo de uma política socialista porque ela é posta em movimento pela capacidade dos indivíduos em construir uma “vontade coletiva”, unificadora dos pontos diferentes num longo e árduo processo. Quando se estabelece nova capacidade intelectual e moral é possível estabelecer nova hegemonia:

un liderazgo intelectual y moral supone que hay un conjunto de «ideas» o «valores» que son compartidos por varios sectores —en nuestra terminología, que ciertas posiciones de sujeto corten transversalmente a varios sectores de clase. Un liderazgo intelectual y moral constituye para Gramsci una síntesis más alta, una «voluntad colectiva» que, a través de la ideología, pasa a ser el cemento orgánico unificador de un «bloque histórico» (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 116).

¹¹ A filosofia da práxis estabelece premissas metodológicas da intervenção política (reforma intelectual e moral) necessária para a fundação/criação consciente e criativa da ação do partido político, ou seja, é imperativo o estudo das premissas intelectuais necessárias para obter êxito revolucionário dentro de uma sociedade capitalista no momento em que ela passa por uma crise orgânica (SALVADORI, 2007; SEMERARO, 2006).

¹² Vontade de muitos para fazer, ou não, certas ações e dar-lhes significado, bem como da consciência da minoria (intelectuais/líderes) de agregá-las em um fim comum no momento em que se toma o poder do Estado.

Referem-se a uma série de novas relações entre os grupos sociais que transcendem e escapam à rígida localização estrutural dos esquemas evolutivos ou relacional economicista. Na perspectiva gramsciana, há importantes deslocamentos nos significados dos conceitos tradicionalmente empregados na teoria marxista, a saber: a **ideologia** não é mais identificada como um “sistema de ideias” ou “falsa consciência dos indivíduos ou dos sujeitos sociais”, consiste num todo orgânico e relacional, encarnado em aparatos e instituições que soldam a unidade de um bloco histórico em torno de certos princípios articuladores básicos; os **sujeitos políticos** não são “classes” em seu sentido estrito, mas são “vontades coletivas” bastante complexas onde os elementos ideológicos articulados pela classe hegemônica também não tem necessariamente um pertencimento exclusivo a uma única classe (ex: classe burguesa) (LACLAU; MOUFFE, 1987).

Ao tratar do conceito de “bloco histórico” e da compreensão da ideologia como cimento orgânico que o unifica, introduz uma nova categoria totalizante que supera a persistente dualidade base/superestrutura. Isso é possível através da **práxis** que reconhece a responsabilidade dos indivíduos na construção do comunismo, relacionando ativamente a predisposição de singularidades formadoras do sujeito coletivo (SALVADORI, 2007). Gramsci é responsável por uma elaboração autoral no marxismo que une de forma indissociável base e superestrutura na **teoria da organização política**, pois traduz a teoria de Marx à luz da complexificação dos problemas vividos no seu tempo histórico pelo ponto de vista da **ação política que também considera a subjetividade** (SALVADORI, 2007). Ultrapassa a ingenuidade ortodoxa, fechando-se também às leituras especificamente “superestruturalistas” da ideologia.

Gramsci introduz, na teoria social crítica, férteis reflexões sobre os seguintes elementos: consciência; vontade; organização política, pois os compreendia como aspectos cujo movimento é dado pela ação humana que unifica projeto de classe/sociedade e elementos materiais. Desejava pensar em formas de promover ou provocar o Comunismo através da ação concreta pelo marxismo como a melhor lente para enxergar o nexo entre o ideal revolucionário e a base estrutural (SALVADORI, 2007; SEMERARO 2006). Nesse processo, a revolução poderia vir num **período histórico** de crise do capitalismo e em relação direta com a conquista do proletariado por certa linha/direção política subjetiva (comunismo) em luta cerrada com outra (socialdemocracia).

Portanto, a ruptura com o bloco hegemônico implica na revolução do espírito/homem-proletário quando a ideologia revolucionária se torna maioria, expandindo a ideia de revolução para além da vanguarda/minoria. A interseção entre sujeito e história busca

pela unidade identitária entre: as condições objetivas e as forças políticas subjetivas, sendo materializada na categoria de “práxis consciente”: síntese objetividade/subjetividade, unificadora dialética de teoria e prática (GRAMSCI, 2011). O processo que constrói um novo bloco histórico reúne, consciente e objetivamente, as condições necessárias à ação revolucionária, através da qual são unificados a ideia e os elementos materiais. Sem consciência ativa e disciplinada não há vontade, pois ela é necessária tanto na prospecção de um projeto de transformação, quanto na organização racional dos **meios** necessários, sem os quais não é possível realizar uma ação com clareza de intencionalidade/finalidade (SALVADORI, 2007).

A teoria da revolução gramsciana coincide com a filosofia da práxis e se encarnaria, na contemporaneidade, caso existisse a interação simultânea dos seguintes elementos: a) premissas de ordem material; b) consciência, por parte da massa de trabalhadores, da realidade e da possibilidade criada pela crise social; c) disponibilidade da massa trabalhadores para a luta revolucionária; d) presença de uma organização política que congregaria a vontade e a disponibilidade das massas numa ação de ruptura social cuja unidade seria porta voz das vontades dispersas, estabelecendo a coerência entre meios e objetivos.

A expressão real da vontade coletiva reside na organização política dos indivíduos, obtida através do trabalho sistemático e incessante na formação de uma nova visão de mundo que transforme os subalternos em dirigentes. Essa elaboração baseia-se no “exemplo metodológico da experiência organizativa” que levou os Jacobinos ao sucesso, pois souberam se constituir como bloco hegemônico ao dar “adequada solução subjetiva e direção política a uma situação potencialmente favorável a ação de todos” (Revolução Burguesa) (SALVADORI, 2007, p 235-236).

Assim, ascender a patamares sempre maiores de conhecimentos racionalmente organizados significa ser capaz de sintetizar: as experiências humanas concretas, e o acesso que cada indivíduo faz do patrimônio sócio, econômico, político e cultural de uma época. Através dessa síntese, os indivíduos tornam-se capazes de constituir suas singularidades e de expressarem sua visão de mundo, falando por si e construindo um senso de coletivo radicalmente diferente.

Produzir uma cultura revolucionária é fundar novos pactos civilizatórios num incessante trânsito dialético entre consciências: individual, corporativa e coletiva/classe. O “organismo coletivo” porta de maneira ativa as singularidades, movimentando-se como “homem coletivo”. O “atributo de revolucionário” envolve uma concepção de mundo/teoria revolucionária e os elementos para “fazer viva uma integral organização prática da

sociedade”, tornando-se uma civilização total e integral (GRAMSCI, 2001, p. 152). Portanto, há identidade entre “técnica” e “pensamento em ato” numa apreensão unitária entre pensamento/ação, teoria/prática – práxis – crivada pela autonomia de pensamento que porta a capacidade de manuseio intelectual dos critérios de julgamento e controle das distorções operadas pelo modo de pensar do senso comum (GRAMSCI, 2001).

Na obra de Gramsci encontramos a versão filosófica do marxismo preocupada com o protagonismo político dos indivíduos organizados e do fortalecimento consciente e crítico de subjetividades novas para que sejam capazes de elevar sua mentalidade, concebendo-se como classe dirigente.

Considerações preliminares

Compreender a formação das singularidades, do papel do indivíduo e das suas ações no curso histórico pode contribuir para a construção coletiva de uma nova sociedade. O ponto de partida gramsciano – ainda que revisitado – é o materialismo histórico e dialético conforme teorizado por Marx no século XIX. Está em acordo com o movimento de transformação radical do indivíduo e da sociedade na processualidade histórica criadora do SER e da sua subjetividade na perspectiva materialista que ultrapassa as dicotomias, apreendendo dialeticamente a sociedade como totalidade unificadora da indissociabilidade identitária entre: base/ superestrutura; homem/ natureza/ sociedade; individual/ coletivo; objetividade/ subjetividade; da história em permanente *devir* devido à ação geracional dos indivíduos em relação entre si e com a natureza.

Em Gramsci reside um marxismo radical que prospecta os instrumentos da mobilização política que recusa a supremacia das leis gerais, pois a “vontade de mudar o mundo” deve rejeitar qualquer modelo pré-definido de revolução ante o fato de que as experiências históricas demonstraram que a dinâmica das massas não é engessada num plano rígido, homogêneo e estático e aquilo “[...] que costuma ser denominado ‘modelos’ são, na verdade, simplificações acadêmicas de realidades muito complexas [...]” (BORÓN, 2010, p. 48). Hoje é importante analisar as atuais expressões organizativas (individuais, grupais e coletivas), problematizando: o papel dos indivíduos na construção do(s) sujeito(s) histórico(s) e os elementos que podem compor o programa de um projeto de transformação.

Referências

BERTRAND, M. O homem clivado: a crença e o imaginário. SILVEIRA, P; DORAY, B. (Orgs). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989. pp. 15-40.

BIANCHI, A. **Arqueomarxismo: comentários sobre o pensamento socialista**. São Paulo: Alameda, 2013

BORÓN, A. A. **O Socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?** São Paulo: Expressão Popular, 2010. Tradução Fabiane Tejada da Silveira.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Tradução Carlos Alberto Medeiros.

CAVENACCI, M. **Dialética do indivíduo: o indivíduo na natureza, história e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 2ª Ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho.

CLOT, Y. O marxismo em questão: posfácio. SILVEIRA, P; DORAY, B. (Orgs). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989. pp. 179-191.

DORAY, B. Da produção à subjetividade: referências para uma dialética das formas. SILVEIRA, P;

DORAY, B. (Orgs). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989. pp. 77-108.

DUARTE, N. **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social do indivíduo**. 2ª ed., Campinas – SP: Autores Associados, 1999. (Coleção contemporânea).

FRAGA, P. D. V. A teoria das necessidades em Marx: da dialética do reconhecimento à analítica do ser social. **Dissertação de Mestrado em Filosofia**. Campinas: UNICAMP, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Caderno 11** Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 2ª edição, pp 85 – 225. Tradução: Carlos Nelson Coutinho

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes entre o ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Revista Espaço e debates**, São Paulo, ano II, n. 7, p. 6-35, set. 1982. Tradução Fabio Villaça.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LACLAU, E.; MOUFFE C. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Letra E, 1987.

SEMERARO, G. **Gramsci e os novos embates da Filosofia da Práxis**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

SÈVE, L. A personalidade em gestação. SILVEIRA, P; DORAY, B. (Orgs). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989. pp. 147-178.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP nº65**. São Paulo: mar/maio 2005. pp. 210-224. Tradução: Bianca Ribeiro Manfrini. Revisão Maria Elisa Cevalco.

_____. **Marxismo y literatura**. Barcelona: Península, 2000. 2ª Ed. Traducción: Pablo di Masso.